



PRÁTICAS DOCENTES DE MUSICALIZAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Edson Ferreira de Oliveira ¹
Ivo Ribeiro de Sá ²

INTRODUÇÃO

A presente investigação faz parte de uma pesquisa em andamento que tem como foco o processo de musicalização para pessoas com deficiência dos anos iniciais do Ensino Fundamental e apresentar proposta de intervenção e formação visando à ampliação do processo de musicalização.

O trabalho com a música no Ensino Fundamental passou por várias modificações ao longo do século XX. Entre essas modificações podemos destacar os diferentes entendimentos que a música tem na legislação.

Em 1971, com a promulgação da lei 5692 (BRASIL, 1971), por meio da institucionalização da educação artística no contexto educacional nacional, a música é incluída como uma das propostas de polivalência das artes, ou seja, algo que poderia ser trabalhado na disciplina denominada educação artística.

Somente em 1996, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que a música passa a ser reconhecida como conteúdo da arte, tornando-se obrigatória no Ensino Fundamental e no Ensino Médio em 2008 (BRASIL, LEI 11769, 2008). Depois disso, novas discussões neste campo ocorrem em 2016, pela lei 11769 e a música começa a ser colocada como uma linguagem da arte.

Se por um lado isso pode representar um problema, pois nem todos os professores que atuam no contexto educacional possuem uma formação específica que contempla a linguagem musical também pode provocar avanços, pois qualificará o trabalho que será feito.

¹ Mestrando do curso do Programa Pós-Graduação em Educação pela Universidade Municipal de São Caetano do sul - USCS, edsonjumamusica@gmail.com;

² Professor do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS, ivo.sa@uscs.edu.br.



Entretanto, essa qualificação envolve a formação inicial que esses profissionais receberam e sua ação propriamente dita em sala de aula com a linguagem musical e, mais especificamente, a forma como os conteúdos serão desenvolvidos no ambiente educacional.

Nesse sentido, a abordagem que os professores fazem da linguagem musical nos anos iniciais do Ensino Fundamental será definidora para a constituição dos saberes artísticos dos estudantes durante todo o processo de formação, uma vez que a linguagem musical percorre culturalmente com valores significativos em todos os momentos da humanidade, o processo de entender e sentir tem como base o padrão culturalmente compartilhado, que é estabelecido e alcançado pela forma que é difundido, e nesse sentido, formar musicalmente os estudantes desde os primeiros anos do Ensino Fundamental por um processo de musicalização representa ampliar a possibilidade de leitura de mundo pela experiência sensível entendendo que:

Musicalizar é desenvolver os instrumentos de percepção necessários para que indivíduo possa ser sensível à música, apreendê-la, recebendo o material sonoro/musical como significativo – pois nada é significativo no vazio, mas apenas quando relacionado e articulado no quadro das experiências acumuladas, quando compatível com os esquemas de percepção desenvolvidos (PENNA, 2015, p. 33).

Isso significa apresentar o potencial de criação musical para crianças, para que sua produção se inicie, com julgamentos críticos, descobrindo os elementos não só de estruturação musical, mas em toda linguagem da arte, constituindo assim, ferramentas que devem ser desenvolvidas nas práticas pedagógicas dos professores (SCHAFER, 2011).

Mas para que isso aconteça, todas as crianças que frequentam os anos iniciais do Ensino Fundamental precisam ter acesso ao processo de musicalização, inclusive aquelas que possuem deficiências de qualquer natureza.

O direito de acesso para pessoas com deficiência com igualdade e participação plena no desenvolvimento da sociedade de forma ativa, e para que isso ocorra, mudanças no sistema de ensino e da sociedade precisam acontecer (MATOAN, 2003; LOURO, 2015).

A partir do reconhecimento da importância e os benefícios que a música pode proporcionar às pessoas e, principalmente às crianças no início de sua escolaridade é que indagamos: como está sendo as práticas dos professores, suas vivências e suas condições em sala de aula?

Diante do exposto, este estudo pretende investigar como os professores de música estão mediando o processo de musicalização com pessoas com deficiência nos anos iniciais do Ensino Fundamental na Rede Municipal de São Caetano do Sul?

Para tanto, estabelecemos como objetivo geral do estudo analisar e compreender a constituição das práticas pedagógicas dos professores de música nos anos iniciais do Ensino



Fundamental em São Caetano do Sul para que no processo de musicalização contemple pessoas com deficiência.

E como objetivo específico, buscou-se compreender de que forma os projeto político-pedagógicos das escolas contemplam a educação dos alunos com deficiência; identificar na proposta curricular municipal as abordagens que e dada á área de música e a relação estabelecida com a inclusão dos alunos com deficiência; verificar as ações educativas desenvolvidas por professores de música em sala de aula comum, no ensino musical de pessoas com deficiência; descrever e analisar a prática de professores em sala de aula em atividades de musicalização; fazer uma proposta de formação para os professores de música, por meio de oficinas, contemplando aspectos relacionados às pessoas com deficiência.

A pesquisa está sendo realizada junto aos professores da Rede Municipal de Ensino de São Caetano do Sul durante o ano de 2020.

A metodologia da pesquisa se constitui por um estudo de caso, (YIN, 2001) de característica descritiva, que permite uma análise aprofundada do problema de pesquisa em relação aos aspectos, sociais, econômicos, políticos, percepções de diferentes grupos, comunidades, entre outros aspectos (OLIVEIRA, 2011 e GIL, 2008).

Nossa investigação segue a abordagem qualitativa de pesquisa, no conceito em que buscamos analisar e compreender a prática de professores em sala de aula em atividades de musicalização.

Para tanto, optamos por estruturar o trabalho em três etapas. Na primeira etapa buscamos interpretar a proposta curricular de São Caetano do Sul e o Projeto Político Pedagógico da escola, identificando quais os auxílios teóricos neles constituídos que direcionam o trabalho na área de música para a inclusão.

Na segunda etapa, serão realizadas entrevistas com os professores de música para averiguar como avaliam o trabalho de musicalização nos anos iniciais e como consideram as crianças com deficiência neste processo.

Na terceira etapa, realizaremos observações das aulas dos professores de música da escola da Rede Municipal de São Caetano do Sul, para compreender como o trabalho com a musicalização é desenvolvido, ou seja, como as práticas pedagógicas destes professores são realizadas.

Neste artigo apresentamos somente o resultado da primeira etapa, que deu origem a um programa para o projeto de formação, levando-se em consideração o interesse dos professores sobre os diversos subtemas.



Acreditamos que teoria e prática estão diretamente relacionadas, e que assim possibilitam um desenvolvimento com alcance de um objetivo melhor. O nosso esforço é ajustar os pontos entre a relação de teoria e prática, não procurando apontar erros e acertos, mas, verificar as ações educativas desenvolvidas por professores de música em sala de aula comum, no ensino musical de alunos com deficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a primeira etapa, a partir da literatura e considerando os objetivos do estudo, foram criados os temas: linguagem musical e inclusão. Estes temas foram a base para a análise dos documentos oficiais que organizam o currículo do município e o projeto político pedagógico.

Procuramos encontrar nos documentos para o nosso objetivo de leitura, identificar o conceito de musicalização e de linguagem musical e como estão sendo tratados os conteúdos da linguagem musical.

Com relação aos textos analisados, observamos uma diferença entre as unidades escolares, pois uma coloca a metodologia dos conteúdos a serem trabalhados com estruturação dos elementos musicais e outra somente apresenta aspectos conceituais, não especificando os conteúdos.

Esses aspectos podem ser levados em consideração, pois Currículo Municipal de arte-educação configurou-se como uma obra aberta, com caráter orientador de produção de territórios nas artes, configurando assim a construção do conhecimento para o professor provocador.

Buscamos a compreensão dos termos tratados em relação à inclusão, identificando suas concepções e a relação estabelecida entre as diferentes áreas de conhecimento, especificamente a musical.

Percebemos que a inclusão, tanto no Projeto Político Pedagógico das escolas, quanto na Proposta Curricular Municipal de São Caetano do Sul é tratada nos termos legislativos, e não aparece nas linguagens da arte e nem especificamente na da música.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse resumo expandido foram apresentadas brevemente as questões que norteiam a pesquisa, bem como elementos que ajudam a compor o cenário na qual ela se desenvolve. A linguagem musical e a inclusão estão regulamentadas na legislação da educação brasileira, percebemos que os conceitos de música estão pautados nos documentos. No entanto não



apresentam uma proposta de integração especificamente, cabendo ao professor fazer a conexão.

Sendo assim, percebemos que as possíveis contribuições esperadas de nossa pesquisa são: a valorização da música enquanto arte em sala de aula; a reflexão sobre como está sendo feito o trabalho do professor de musicalização; e a proposição de discussões teóricas e práticas acerca dessa temática com os professores participantes da pesquisa, bem como a possibilidade de realização do projeto de intervenção proposto nesta pesquisa, visando à ampliação do processo de musicalização para crianças com necessidades especiais do fundamental.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas; Musicalização; Inclusão.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 5.692. **Fixa as Diretrizes e as Bases para o ensino de 1º e 2º graus**, Brasília, 18 Ago 1971.
- BRASIL. LEI nº 9.394. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, Brasília, 20 Dez 1996.
- BRASIL. LEI 11769. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica**, Brasília, 18 Ago 2008.
- BRASIL. Lei nº13.278. **Inclui música e teatro no currículo básico**, 02 mai 2016.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.
- LOURO, V. **Música e Educação Série Diálogos do Som**. Barbacena: EdUFMG, 2015.
- MATOAN, M. T. E. Inclusão promove a Justiça. **Nova Escola**, São , p. 5, Mai 2005.
- OLIVEIRA, M. F. D. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011.
- PENNA, M. **Música (s) e seu Ensino**. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- SCHAFFER, R. M. **O ouvido Pensante**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 13 p.
- YIN, R. K. **ESTUDOS DE CASO PLANEJAMENTO E MÉTODO**. PORTO ALEGRE: BOOKMAN, 2001.